

POLÍTICA DE PRIVACIDADE da AGEMS

Controladora dos Dados Pessoais: AGEMS
CNPJ: 04.895.130/0001-90

Esta Política de Privacidade tem como objetivo estabelecer as diretrizes, normas e procedimentos estruturados para o tratamento de dados pessoais no âmbito da AGEMS. Busca garantir a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o respeito aos direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade do cidadão sul-mato-grossense, consolidando a transparência institucional exigida na Administração Pública.

A presente Política aplica-se a todas as atividades de tratamento de dados pessoais realizadas pela AGEMS, abrangendo servidores, colaboradores, terceirizados, usuários dos serviços públicos regulados, entidades reguladas e delegatárias, bem como qualquer cidadão que interaja com os sistemas físicos ou digitais da Autarquia, no exercício de suas competências de regulação e fiscalização estabelecidas pela Lei Estadual nº 2.363/2001.

Definições (Art. 5º da LGPD)

- **Dado Pessoal:** Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
- **Dado Pessoal Sensível:** Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico.
- **Titular:** Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.
- **Controlador:** Pessoa jurídica de direito público, neste caso a AGEMS, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- **Tratamento:** Toda operação realizada com dados pessoais, como coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação.

Princípios da Proteção de Dados (Art. 6º da LGPD)

A AGEMS observa rigorosamente os princípios da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização/prestação de contas, harmonizando-os com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Hipóteses Legais para Tratamento (Art. 7º, III, Art. 11, II, 'b' e Art. 23 da LGPD)

O tratamento de dados pessoais pela AGEMS fundamenta-se predominantemente na execução de competências legais e atribuições institucionais do serviço público, cumprimento de obrigações legais ou regulatórias, e execução de contratos ou instrumentos congêneres, dispensando o consentimento nos termos estritos da legislação pública.

Quando houver tratamento de dados pessoais sensíveis, a AGEMS observará as hipóteses específicas do art. 11 da LGPD.

Dados Pessoais Tratados (Art. 5º, I, e Art. 6º, III da LGPD)

Para cumprir suas missões regulatórias e institucionais, a AGEMS coleta e processa:

- Dados de identificação civil e cadastrais (nome, CPF, RG e outros dados necessários à identificação);
- Dados de contato (endereço residencial, e-mail, telefone);
- Dados relacionados a solicitações, reclamações, denúncias, manifestações e processos administrativos de Ouvidoria;
- Dados necessários à fiscalização e regulação dos serviços públicos;
- Dados funcionais ou profissionais, quando necessários ao cumprimento das competências institucionais;
- Dados financeiros ou patrimoniais, quando necessários e pertinentes à finalidade do tratamento;
- Registros de navegação digital (cookies estritamente necessários e IPs) e registros de acesso aos canais digitais;
- Dados pessoais sensíveis, excepcionalmente, quando seu tratamento for necessário e estiver amparado em hipótese legal específica.

Finalidades do Tratamento (Art. 6º, I e Art. 23, caput da LGPD)

As finalidades vinculam-se estritamente à execução das atividades regulatórias e fiscalizatórias estabelecidas na Lei Estadual nº 2.363/2001, tais como: processamento de reclamações na Ouvidoria, fiscalização das delegatárias de serviços de transportes, saneamento, energia e rodovias, mediação de conflitos, atendimento a solicitações, denúncias, pedidos de informação, realização de consultas/audiências públicas e atendimento ao cidadão através dos canais institucionais seguros (Fala.BR e Fale Conosco).

Compartilhamento de Dados (Art. 26 e Art. 27 da LGPD)

O compartilhamento de dados ocorre exclusivamente para fins de execução de políticas públicas, cooperação institucional com outros órgãos de controle (como a ANPD, Tribunais de Contas e o Ministério Público) e cumprimento de deveres legais, sempre resguardando o sigilo e limitando ao mínimo necessário.

Armazenamento e Retenção (Art. 16 da LGPD)

Os dados pessoais permanecem armazenados em ambiente seguro de infraestrutura de TI do Estado de Mato Grosso do Sul, observando-se os prazos previstos na Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública e na legislação arquivística vigente, sendo eliminados de forma segura após o cumprimento de sua finalidade pública, ressalvadas as hipóteses legais de conservação previstas no art. 16 da LGPD.

Segurança da Informação (Art. 46 da LGPD)

São aplicadas medidas técnicas e administrativas robustas, incluindo criptografia de dados em trânsito e em repouso, firewalls, controle de acessos estrito com base em privilégios mínimos, monitoramento de segurança cibernética e auditorias periódicas nos sistemas homologados do Governo MS.

O portal institucional da AGEMS utiliza cookies necessários para garantir a segurança operacional e o funcionamento das plataformas de serviços,

10. Direitos do Titular (Arts. 17 a 22 da LGPD e Lei nº 9.507/1997)

O cidadão possui direito à confirmação da existência de tratamento, acesso facilitado aos dados, correção de erros, anonimização ou bloqueio de dados desnecessários, portabilidade regulamentada e informações claras sobre compartilhamentos públicos. Os direitos podem ser exercidos gratuitamente por meio do:

Canal Fala.BR <https://falabr.cgu.gov.br/v2/>

Integrado à Ouvidoria da AGEMS, garantindo-se prazos céleres de resposta conforme regulamentação da ANPD e os parâmetros estabelecidos na Lei de Acesso à Informação.

Direito do Titular	O que significa
Confirmação e Acesso	Saber se a AGEMS trata seus dados pessoais e obter acesso às informações tratadas.
Correção	Solicitar a correção de dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados.
Eliminação ou Bloqueio	Solicitar a eliminação, anonimização ou bloqueio de dados pessoais desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD, ressalvadas as hipóteses legais de conservação aplicáveis à Administração Pública.
Portabilidade	Solicitar a portabilidade de seus dados pessoais, quando aplicável, observadas a regulamentação da ANPD e as limitações legais aplicáveis aos órgãos e entidades da Administração Pública.
Informação de Compartilhamento	Saber com quais órgãos, entidades públicas ou privadas seus dados pessoais foram compartilhados.
Revogação do Consentimento	Revogar o consentimento anteriormente concedido, quando o tratamento dos dados pessoais tiver como base legal o consentimento.

Encarregado pelo Tratamento de Dados

O Encarregado (DPO) atua como canal de comunicação entre a AGEMS, os titulares dos dados e a ANPD. A identidade e os dados de contato atualizados do Encarregado permanecem acessíveis de forma permanente no site institucional.

Para dúvidas, esclarecimentos ou requisições relacionadas a esta Política, o cidadão pode contatar :

Canal Fala.BR: <https://falabr.cgu.gov.br/v2/>

Encarregada: Analupe Urbietta – Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais – AGEMS

E-mail: encarregadolgpd@agem.ms.gov.br

Esta Política poderá ser atualizada periodicamente para refletir melhorias em nossos serviços ou mudanças legislativas. Recomendamos a consulta regular em nosso portal institucional.

Versão atualizada 15.07.2026